



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Escola Estadual Raul Humaitá Villa Nova

DATA: 12/08/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Falha na transmissão, transcrição prejudicada

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Declaro abertos os trabalhos da 42ª audiência pública de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/>; do YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo e do Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 27 de julho no *Diário Oficial*. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas, nesse momento, com a Secretaria da Comissão.

Passemos à composição da Mesa. Convido a Sra. Débora Machado, arquiteta, representando o movimento Usina Eco-Cultural; Sra. Susie Luna, arquiteta, representando o Cades Ipiranga; Sr. João Manoel da Costa Neto, Diretor Presidente da SPRegula. (Pausa). Está ausente; Sra. Tatiana Robles Seferjan, Coordenadora de CGPatri. (Pausa). Está ausente; Sr. Adinilson José de Almeida, Subprefeito do Ipiranga, representado pelo Professor Casé Oliveira; e Décio Oda, representando o mandato do Vereador Aurélio Nomura.

As audiências públicas – principalmente, as audiências que acontecem nos territórios – servem para ouvir a população, servem para nós, que estamos lá na Câmara Municipal de São Paulo, que somos Parlamentares, escutarmos os anseios, os desejos, as vontades, as cobranças e as reclamações da população.

Eu gosto muito das audiências públicas, porque são nelas que nós não só ouvimos a população, como também fica registrado. É uma coisa oficial, na qual a população do Ipiranga vai estar falando no microfone e manifestando sobre seus anseios. Esta audiência pública é sobre o que fazer naquele espaço que está abandonado há mais de 20 anos, que era um antigo incinerador e que, hoje, existe um movimento chamado Movimento Usina Eco-Cultural, que quer transformar aquele espaço no Museu do Meio Ambiente. É sobre este debate que nós vamos estar fazendo nessa audiência pública.

Convidamos todas, todos e todes para que se inscrevam e participem, para que manifestem suas opiniões; porque é assim que vamos construir uma cidade plural, democrática

e participativa.

Quero dizer que acompanho – eu, particularmente, enquanto parlamentar da Bancada Feminista do PSOL, acompanho já faz um ano, porque o movimento da Usina Eco-Cultural já tem um ano – a trajetória do movimento que se constituiu, organizou-se para fazer essa reivindicação; que ocupou, inclusive, o espaço do pátio da usina e que, hoje, continua a luta para que o espaço seja retomado e também que a gente debata com a sociedade a questão desse patrimônio histórico. É muito importante termos patrimônios históricos na cidade São Paulo. Não podemos perder a nossa memória. Infelizmente, essa semana, o Departamento Histórico do Município foi desmantelado, que é uma coisa ruim. Nós precisamos preservar a nossa memória.

Uma cidade sem memória é uma cidade que não preserva sua história, não preserva seus ancestrais, as pessoas mais velhas; e as pessoas que estão nascendo, que são crianças, precisam saber dessa história para poder, inclusive, viver de uma forma melhor na nossa cidade. Nós lutamos para a prevenção do patrimônio do histórico. Lutamos, sobretudo pela preservação do Meio Ambiente nesse momento de crise, de emergência climática, que nós precisamos cada vez mais ter a consciência de preservação ambiental. Então, essa luta tem tudo a ver com a luta que nós fazemos na Câmara Municipal e no nosso mandato.

Uma boa audiência a todos. Passo a palavra à companheira Débora Machado, representando o Movimento Usina Eco-Cultural.

A SRA. DEBORA MACHADO – Bom dia.

Gostaria de dizer que é muito importante nos reunirmos, ter esse momento para discutir sobre a importância da preservação da memória, como bem disse a Vereadora Silvia; mas também resgatar um pouco da história do incinerador. É isso que eu gostaria de trazer agora.

Muitos sabem dessa história que eu vou contar, mas faço questão de reforçar isso para que as pessoas possam entender porque nós chegamos até aqui.

O incinerador foi projetado para ser queima de lixo e começou as atividades em 1965.

Era um serviço público da Prefeitura. A Prefeitura resolvia o lixo da zona Sul trazendo para cá e colocando para queimar no forno. Isso era um serviço muito delicado para comunidade. Quando começou, aqui não era o bairro como é hoje. Não era uma área adensada como é hoje; então, naquele contexto da década de 60, aquilo foi possível.

Com o crescimento da cidade chegando, na década de 90 ficou impossível viver nesse lugar por conta da fumaça que saía das chaminés. Isso gerava um sofrimento muito grande. Há pessoas aqui que viveram esse período, que viram o incinerador funcionar e que passaram mal, sofreram, ficaram doentes por causa disso.

Eu mesma estudei nessa escola. Fui aluna e vi, com as crianças, o sofrimento que era a existência do incinerador. Isso trouxe uma mobilização na década de 90: a população lutou para parar com a queima do lixo. Em 2002, a Marta Suplicy determinou o encerramento das atividades. Isso foi um ganho na luta, no território, mas o incinerador ficou desativado sem nenhuma proposta de transformação da área.

O prédio ficou fechado de 2002 até 2022, sem nada acontecer no território. Em 2019, nós começamos uma mobilização com algumas pessoas que estão aqui, que era, justamente, para pensar esse espaço transformado em cultura. Em 2019, reunimos arquitetos, ambientalistas, artistas e moradores com a iniciativa do Cades – que a Susie vai falar – que, justamente, tinha a proposta de transformar esse edifício em um espaço que fosse devolvido à comunidade – e chegamos à conclusão de que a melhor proposta para comunidade é que fosse um centro de cultura, de vivência e memória, porque entendemos que isso é uma reparação histórica.

A gente entende que o prédio abandonado não cumpre com o seu papel social e, por isso, ele tem que ser devolvido à população. Diante disso, nós começamos a mobilizar em 2019. Veio a pandemia, nós não conseguimos avançar e ano passado, 2022, nós retomamos o nosso movimento e começamos a levar a população para dentro do território da usina. Muitos que estão aqui participaram desde o início e a gente entendeu que a população precisava conhecer o espaço e saber o que estava sendo pensado ali.

Então, essa decisão era com a comunidade e assim a gente fez. Começamos em julho de 2022 – fez um ano agora – mobilizamos mais de três mil pessoas que passaram pela usina. Tivemos muito imprensa, dialogamos com muitas entidades, falamos com vários parlamentares e, hoje, temos a proposta de que seja um Museu do Meio Ambiente, porque ali há uma questão histórica ligada ao Meio Ambiente que trouxe muita dor. Então, queremos ressignificar esse espaço.

Diante disso, sofremos algumas dificuldades. Vamos falar um pouco adiante, não vou entrar nisso agora para não estender muito a fala. Mas é importante dizer que tudo isso que fizemos até agora, foi com a população. A gente vem construindo e debatendo com a população, porque entendemos que quem tem que decidir o território é quem vive no território.

Então, diante disso, nós chegamos até aqui. Nós nunca invadimos a área – pelo contrário: nós acordamos isso dentro do Cades para que a gente pudesse ocupar, levar a população e usar o espaço como um Centro de Cultura. É muito importante que a população se aproprie desse debate e por isso que a gente chegou até aqui, nesta audiência pública. Nós entendemos que essa discussão tem que ser ampla e feita com a população.

Agradecemos a Vereadora Silvia que somou, conosco, forças para que tivéssemos esse momento de fazer essa audiência na escola que sofreu com esse espaço, que também está muito próxima e que é parte dessa construção de território.

Então, agradeço o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Débora.

Agora, nós vamos passar para Susie Luna; mas antes da Susie, eu queria anunciar algumas pessoas que estão presentes: Raimundo – levante-se aí, Raimundo – que é da Central de Movimentos Populares, uma organização nacional; há mais gente importante que eu vou anunciar na caminhada e eu vou falando para vocês.

E, agora, eu passo para Susie Luna, que é arquiteta e está representando o Cades Ipiranga. Tem a palavra, Sra. Susie.

A SRA. SUSIE LUNA – Bom dia, gente.

Obrigada pela presença de vocês. Hoje é um dia bastante importante para nós do movimento, porque quando começamos, lá atrás, éramos 20 pessoas batendo um papo no pátio da usina, que era aberto.

Contando um pouquinho sobre o Cades Ipiranga, que sou Conselheira: o Cades Ipiranga é um Conselho do Verde e Meio Ambiente e Cultura de Paz que há em todo território – toda Subprefeitura tem esse Conselho. Há alguns Conselheiros aqui: Ailton, Zé, Odacir. Há alguns Conselheiros representando o Cades.

Em 2019, nós começamos essa conversa sobre a usina e ficamos atentos ao território, os lugares onde podemos levar um projeto de melhoria visando a questão do meio ambiente. Como a Débora contou a história da usina, entendemos que ali é um lugar muito importante porque, hoje em dia, quem na cidade não é impactado pela questão do lixo? Vemos isso o tempo todo. Precisamos levantar essa questão para reverter isso, estamos na questão do clima muito grave e isso tem a ver também com a questão dos resíduos.

Então, levamos essa questão para dentro do Cades Ipiranga, começamos a articular isso com a Subprefeitura, então isso nunca foi um assunto que foi só da sociedade civil e a gente entrou sem essa autorização, sempre foi articulado e sempre souberam que queríamos desenvolver esse projeto, não sozinhos, mas em parceria porque a gente sabe o quão grande é esse projeto. Precisa de verba pública e nós, como Conselheiros, não vamos conseguir fazer isso sozinhos.

Quero dizer que o Conselho, o Cades, é aberto a toda a população. As reuniões acontecem uma vez por mês, no caso do Ipiranga, é na segunda segunda-feira do mês, às 18 horas, e é aberto para a população: todo mundo pode levar demandas, pode participar, entender o que está acontecendo, opinar. Não é um Conselho só para quem foi eleito; é um Conselho aberto, então também estão convidados a participar.

Depois que levamos esse projeto para lá, agora estamos alinhando esse projeto com as ODSs, que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, feito pela ONU – logo, são objetivos que não são só do Brasil, ou do nosso território. Isso é mundial e a gente precisa

atender esses objetivos até 2030, é uma meta. Vemos que esse território tem um potencial muito grande e nós nos alinhamos pelo menos com nove dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eu vou falar um pouco sobre eles para vocês.

Eles estão aqui atrás, os 17 objetivos, e nós nos alinhamos com nove pelo menos. Eu vou falar um pouco sobre esses que a gente elencou. Nós nos alinhamos com o objetivo da ODS 2, que é fome zero e agricultura sustentável, porque a gente tem a intenção de fazer um mercado de comida orgânica, na parte térrea da usina, quando ela for limpa, o solo for descontaminado e pudermos usar devidamente. Essa ODS fala que até 2030 temos que “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores, pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos, insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”.

A ODS 4 é educação de qualidade. O que não é apenas a educação formal como acontece nessa escola, mas tem o objetivo de, até 2030, “garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive entre outros, por meio de educação para o desenvolvimento sustentável e estilo de vida sustentável, direitos humanos, igualdade de gênero, produção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. Como o próprio nome da usina diz, gostaríamos de um espaço Eco-Cultural. Então, essa ODS se alinha com a questão do meio ambiente.

Água potável e saneamento. Dentre todas as ODSs, hoje acho que essa é a ODS mais importante. Até 2030, “melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, a eliminação de despejo, minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”. Por que acho que essa é a ODS mais importante? Porque a gente tem uma contaminação do solo e, o solo sendo contaminado, certamente o lençol freático também estará contaminado. Então, alguém pode ter contato com essa contaminação

sem nunca ter pisado no território da usina e essa situação mantém-se nessa lacuna de 20 anos, que o Poder Público não agiu nesse território. Então, a gente precisa com urgência rever essa questão independentemente da ocupação da usina.

Depois, a ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis. Até 2030, “ter cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Até 2030, “reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros” e, até 2030, “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes e aos espaços públicos verdes, particularmente, para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

Bom, é isso que a gente pretende com esse espaço. Fizemos o pedido de tombamento do prédio para que ele fosse assegurado, para que não vire mais um prédio de apartamentos, porque não precisamos disso na cidade de São Paulo. Precisamos de espaços públicos para utilização da comunidade, para encontros, para vivências e é isso que pretendemos. Quando falamos de espaços seguros, hoje, percebemos que o espaço da usina, com a não ocupação desse território, é um lugar perigoso para quem transita do metrô até as suas casas e, quando estávamos lá ocupando esse espaço, essa situação melhorou muito com a vizinhança. Então, todo mundo se sente acolhido e seguro em transitar por ali.

ODS 12: consumo e produção responsáveis. “Alcançar o manejo ambiental saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com marcos internacionais acordados e reduzir significativamente a liberação desses para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente”. “Garantir às pessoas em todos os lugares que tenham informações relevantes, conscientização para o desenvolvimento sustentável, estilo de vida em harmonia com a natureza”.

Bom, a gente fala um pouco de reduzir os resíduos e não apenas reciclá-los, e sendo um museu do meio ambiente, o lugar fala por si, quem não conhece sugiro que vejam as nossas redes sociais, que há vídeos que mostram por dentro da usina.

ODS 13: ação contra a mudança global do clima. “Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana institucional sobre mitigação da mudança do clima, adaptação, redução de impacto e alerta precoce”. Bom, é isso que a gente pretende fazendo desse espaço um lugar de educação ambiental.

ODS 14: vida na água, conservação dos recursos marinhos. A meta principal, e a estimativa, é que até 2030 exista mais pedaços de lixo plástico em cada quilômetro quadrado dos oceanos e 40% deles já sentem os efeitos da atividade humana. Então, até 2025, “prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente advinda das atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por não nutrientes”. Bom, embora nosso território não esteja no litoral, sabemos que tudo que produzimos e descartamos de forma incorreta vai parar nos oceanos. Então, precisamos começar essa conversa urgente.

ODS 17: parcerias e meios de implementação. “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável e incentivar e promover Parcerias Público Privada e com a sociedade civil, eficazes, a partir das experiências das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”. Bom, essa ODS é exatamente isso que estamos fazendo, hoje: é fazer essa parceria, nós, da sociedade civil; nos juntarmos para dizermos o que gostaríamos para o nosso território e contar com o Poder Público, com os Vereadores, com Parcerias Público Privadas, para que possamos fazer a transformação desse território.

É isso que eu gostaria de falar e quero convidá-los para participar do CADES do Ipiranga, porque, além desse projeto, temos outros também no bairro.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Susie.

Antes de chamar o próximo inscrito, gostaria de anunciar algumas pessoas que estão presentes: Bruno, da Federação Paulista de Skate; onde está o Bruno? (Pausa) (Palmas). A Karina Saccomanno, que é da Casa das Caldeiras, levante-se por favor. (Pausa) (Palmas) E, agora, a Marta Medeiros, que é do Coletivo...

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

O SR. DÉCIO ODA – E é com muita alegria, Débora, que eu vejo o quanto esse movimento, de lá para cá, ganhou corpo, ganhou musculatura.

Hoje, não é só o mandato do Nomura e o mandato da Silvia que representam esse movimento. Vários outros Parlamentares já encamparam esse movimento e vamos lutar até o fim para que tudo ocorra como deve ser, dentro da legalidade, sem arbitrariedade e todos nós estamos juntos nessa caminhada.

Muito obrigado pela presença de todos. Deus nos iluminou com esse sol justamente para abrilhantar todo esse movimento. Muito obrigado pela presença. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Décio, representando o Vereador Aurélio Nomura que tem sido um parceiro nosso, justamente nessa junção de Parlamentares em defesa do Movimento da Usina Eco-Cultural.

Antes de passar para o próximo convidado da Mesa, queria dizer que eu já ouvi que, no próximo contrato do lixo da Prefeitura, há alguns grupos querendo colocar novos incineradores na cidade. Quatro novos incineradores na cidade. Incinerar lixo é coisa do passado. Não podemos ter, na nossa cidade, incineradores de lixo, porque ecologicamente é incorreto, é algo que degrada o meio ambiente. Temos de tratar o lixo de outra forma.

Portanto, espero que essa ideia não prospere e que não venha nenhum projeto de novos incineradores de lixo para a cidade de São Paulo, porque, repito, é algo do passado, coisa atrasada. Queremos uma cidade sem incineradores. Então aquela faixa é muito certa: “Incinerador nunca mais. Usina Eco-Cultural”.

Passo a palavra ao representante do Subprefeito, que chique. Representando o Subprefeito, o Professor Casé Oliveira, que é nosso parceiro na Usina Eco-Cultural.

O SR. CASÉ OLIVEIRA – Olá, humanos, bom dia a todes, todas e todos.

Sou o Professor Casé Oliveira. Na verdade, estou representando a Missão Ambiental.org, onde, lá atrás, começamos essa história.

Bem antes de muita coisa acontecer, eu, a Débís e o Prefeito visitamos a usina,

visitamos o transbordo, não é Débis? (Pausa) E, com o CADES Ipiranga, foi que começou um movimento antes dessa gestão de Subprefeitura, inclusive, mesmo com Subprefeitos anteriores. Na verdade, começou um movimento que, hoje, se chama Usina Eco-Cultural.

Mas esse movimento iniciou-se muito lá atrás e é bom resgatarmos um pouco a história e como falaram, muito bem – a Débis e a Susie – inclusive, tiveram Parlamentares – aqui ao lado, inclusive, estão os representantes do Vereador Aurélio Nomura – que já tiveram outras propostas para a região. Houve outras propostas, inclusive, Vereadora, a reativação com incinerador novamente, para incinerar *pets*. Deixando claro: não é desse Parlamentar, o Aurélio Nomura, mas teve essa proposta de outro Vereador – mais uma vez deixando claro que não é do Vereador Aurélio Nomura, como seu representante está aqui e sabe – mas tiveram várias propostas.

Como eu disse, não estou representando o Subprefeito, nem a Subprefeitura de São Paulo, porém a Missão Ambiental tem uma figura da cultura de paz. A Missão Ambiental existe, para quem não conhece, desde 1990 e cria espaços para a comunidade de vida na terra, pois não somos só nós humanos: há os *pets*, há as aves, há insetos, há toda uma comunidade de vida que habita aquele lugar.

Quem não viu ainda, lá tem pica-pau... esses dias, encontramos papagaios verdadeiros, uma série de animais e vegetais – ou seja, comunidades de vidas que habitam ali, que é muito maior do que possamos imaginar.

Gaia, nossa mãe, a Terra, trouxe essa comunidade de vida ali e isso é muito importante. O movimento é a favor dessa preservação; porém, precisamos trazer essa cultura de paz e o papel inicial da Missão Ambiental é fazer, realmente, uma mediação, porque os ânimos iniciais estavam um pouco acirrados por uma questão. Na minha visão – na nossa visão – houve uma questão política envolvida, na qual não tocaremos, mas que houve e aí, os ânimos começaram a acirrar.

A Missão Ambiental fez as primeiras mediações e, hoje, às 7h19 exatamente, o Subprefeito me ligou e pediu para transmitir para a audiência pública e ao movimento suas

desculpas, pois houve um imprevisto e ele não vai conseguir estar. Mas pediu que eu transmitisse uma fala e vou reproduzi-la. Eu escrevi a fala fiel à dele, para não ter nenhuma dúvida do que ele disse, e também porque está sendo gravado o que estou falando.

Então, a fala dele é que: "É a favor dos debates, tais como as audiências públicas e que ele é a favor do que a maioria da população decidir". Essa é a fala dele. E ele disse também que sempre, pautado no respeito e na lei, vai respeitar o que a população decidir.

A fala da Missão Ambiental, que é o meu papel aqui, é que o Movimento da Usina é legítimo, assim como todos os pontos descritos pela Susie, da ODS. São movimentos populares e são legítimos.

Desde o início da ocupação, a Missão Ambiental é parceira da usina. Sempre estivemos lá. Vocês vão ver hortas; vocês vão ver o GT de Meio Ambiente; nenhuma árvore, nada foi retirado ou movido sem o GT. Quem é do GT Meio Ambiente, na usina, aqui? Susie, quem mais? Eu mesmo faço parte do GT, inclusive. Onde está o Léo? Léo está lá atrás. A Silvia, está lá.

Então há um grupo – a Débis sabe, todo mundo sabe, porque eu sempre falei: "gente, precisamos ter um cuidado com as crianças". Há partes da usina, sim, que elas não podem, você não pode entrar nela, por exemplo; porque há partes, sim. A gente tampou – inclusive, o pessoal está aí de testemunha – vários buracos que tinham para ninguém correr risco; há um tapume lá que nós tivemos o cuidado de colocar, o pessoal do *skate* fez um trabalho maravilhoso com as crianças lá. E aí, colocamos um tapume para não correr o risco de descer o *skate* lá e tudo mais.

Inclusive, para quem visitar a usina, quem for lá, a Missão Ambiental, como ela cria espaços, considera lá um posto avançado. Há uma placa que diz: "Missão Ambiental Usina". Por que, às vezes, eu pergunto qual é a missão ambiental. A Kátia faz um trabalho belíssimo lá com *yoga*, além do pessoal do teatro, porque o meio ambiente não é só a natureza: é o cultural, é o ambiental, é o meio ambiente urbano, é o econômico; e a gente precisa pensar no tripé do meio ambiente.

Para não me alongar muito, somos a favor da utilização do espaço, somos favor do

movimento voltar para a usina – isso é muito importante para que o movimento se consolide a missão ambiental – e também somos a favor da transformação do espaço em Museu do Meio Ambiente.

Muito obrigado e bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Casé.

Corrigindo: não que o Casé esteja representando o Subprefeito, mas teve a incumbência do Subprefeito, que lhe pediu para manifestar a sua posição, que, no meu entendimento e, acho, no de todos vocês, é de acatar o que a maioria decidir e desejar. Por isso é tão importante que vocês se inscrevam, participem da audiência e falem ao microfone aquilo que os moradores e o movimento quiserem.

Antes de abirmos as inscrições, eu quero anunciar mais algumas pessoas. Presença do Coletivo Cozinhas de Heliópolis, o Mover Helipa; da Ivete Faustino, Conselheira de saúde da UBS Jandira Mansur; da Elisa Rocha, do Cades Vila Mariana; do Lucas Martins, do Muda Ipiranga, e do Murilo Sato, do Compô, Compostagem Doméstica.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos funcionários da Câmara Municipal que vieram, neste sábado de manhã, para podermos realizar esta audiência pública; à Elaine e ao Gustavo, que estão organizando as inscrições, e ao Cido, da Comissão de Política Urbana. Agradeço também a todos os GCMs presentes neste sábado de manhã, fazendo a nossa segurança. Agradeço ainda ao pessoal da TV Câmara São Paulo e da TV Cultura, também presentes. E, por último, agradeço às duas tradutoras de Libras, e ao Maurício e à Fernanda, ambos do CCI da Câmara Municipal de São Paulo. A todos esses trabalhadores e trabalhadoras, o nosso muito obrigado.

É importante agradecer aos trabalhadores e funcionários públicos que fazem as coisas acontecerem e que estão, neste sábado pela manhã, se dedicando para que nós realizemos a melhor audiência pública possível, para que a população possa participar e ter sua voz escutada, fazendo valer sua vontade e as suas determinações.

Agora, chamo, para participar, o primeiro inscrito: Sr. Bruno Rinaldi, da Federação

Paulista de Skate.

O SR. BRUNO RINALDI – Bom dia.

Eu me chamo Bruno e, além de Presidente da Federação Paulista de Skate, eu sou representante da Associação Quintal do Ipiranga, coletivo que atua inclusive no Museu do Ipiranga, no bairro onde eu sou morador há 37 anos e onde assisti a queima do lixo acontecendo.

Antes de dizer o porquê da presença da Associação nesta audiência pública, eu preciso dizer para os representantes do Legislativo que é muito sintomático o fato de não ter ninguém do Executivo presente. Isso quer dizer que eles não querem escutar o que a população tem para falar. A fala do Almeida, que eu conheço pessoalmente, não entrega quase nada. É óbvio que ele vai ter que concordar com o que a maioria vai fazer, porque a gente vive em um país democrático e não há uma escolha ou opinião em relação a isso. A gente tem tido muito problema com o Executivo, principalmente pela falta de diálogo e de participação que esta gestão tem oferecido. Infelizmente, isso está comprovado pela falta de um representante nesta audiência pública para ouvir a população.

Dito isso, vou explicar o porquê da nossa participação, hoje. Ontem, foi protocolado um pedido de concessão da área da usina pela Federação Paulista de Skate, que é um caminho pela legalização da área. Nós somos a favor da usina, da ocupação do espaço e o *skate* tem um histórico nisso. Ao longo dos anos, nós ocupamos a Praça Roosevelt quando ninguém queria ocupar; ocupamos o Anhangabaú quando ninguém queria ocupar e a gente paga imposto para estar aqui, para ter esse prédio fechado, porque, quando não estava fechado, prejudicava-nos.

A ideia é que, em consonância com o projeto da usina, seja montado um centro esportivo para treinamento olímpico também do *skate*, agora também um esporte olímpico, mas principalmente que seja entregue esse lugar revitalizado para a população e que ele seja um espaço de cultura, de esporte e de meio ambiente, onde a gente possa fazer valer o nosso direito de cidadão; porque senão, nós vamos ficar sempre na mesma toada, em que a Prefeitura ou a Subprefeitura toma as decisões e quem fica com essas decisões geralmente é o grande empreiteiro.

Aliás, nós já fizemos isso no bairro do Ipiranga. Onde hoje há a área nova da pista de *skate*, no terreno que era da Gafisa, seriam torres de prédios; mas em 2006, nós começamos uma briga que durou quase 20 anos e, hoje, lá, há uma pista de *skate*. Isso mostra que, assim como na nossa modalidade, em que a gente cai, se rala e sofre, nós vamos chegar lá, e que o Poder Público, que não está presente hoje, saiba que não há cenário em que nós vamos parar ou desistir. Nós vamos continuar a luta, nos somando com o pessoal da usina. Inclusive, desde o momento em que a Débora nos chamou, entramos nessa luta para somar e vamos conseguir transformar isso em algo que não seja uma Subprefeitura ou, então, uma torre de apartamentos.

Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Bruno.

Anuncio e agradeço a presença ao ex-Vereador Murad.

A próxima inscrita é a Sra. Celina dos Anjos, moradora da região.

A SRA. CELINA DOS ANJOS – Bom dia a todos.

Estou, na qualidade de moradora, para contar uma história curta, intitulada: “a casa que meu pai não comprou”.

Eu, meu pai e meus dois irmãos morávamos em Santo Amaro, mas toda a família da minha mãe morava aqui no entorno, na travessa da Avenida do Cursino, Jardim da Saúde, e tínhamos o desejo de mudar para cá. Por isso, meu pai vendeu a casa de Santo Amaro e, apesar de não ter muito dinheiro, ele deparou-se com esse conjunto de casas, que eu acho – apesar de não ser arquiteta – tinham um estilo neocolonial. As casas eram novinhas e grande parte delas ainda existe hoje.

Meu pai ia comprar a menor delas, a que cabia no orçamento, só que, em 1975, quando eu e meus irmãos tínhamos, respectivamente, 10, 12 e 13, existia um incinerador ao lado da casa. Não sabíamos direito em que medida isso era um problema, apesar de vermos a fumaça e de sentir o cheiro. Ficou aquela dúvida, mas a casa era muito perfeita, novinha e ideal ao orçamento da família. Tudo perfeito. Então, meu pai decidiu comprar a casa, apesar dos diversos alertas de não a comprar por causa do incinerador.

Já comentei que o ano era 1975. A assinatura da compra da casa estava marcada para o dia 31 de outubro de 1975. Por que será que eu tenho a informação de que dia era esse? Eu tinha 10 anos de idade. E o meu pai não comprou a casa, porque nesse dia, foi a missa de sétimo dia – aliás, foi o ato ecumênico de sétimo dia – da morte do jornalista Vladimir Herzog; e, por esse motivo, a cidade estava tensa. A polícia estava na rua. A assinatura desse contrato de compra ia ser no Centro da cidade e decidiu-se adiar a assinatura.

Quem não viveu aqueles tempos não sabe do que estou falando e eu mesma era muito criança; mas esse dia, 31 de outubro de 1975, marcou a primeira manifestação da sociedade civil contra a ditadura. Silenciosamente, essas pessoas se dirigiram à Praça da Sé, à Catedral da Sé e houve esse ato ecumênico que contou com Dom Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henri Sobel e também um outro, da Igreja Presbiteriana, que não me recordo o nome. No momento, fizeram este ecumênico.

Por esse motivo, meu pai teve 24h a mais para pensar a sua decisão de comprar a casa. E, pensou, sei lá: “será que é um sinal do universo para eu não comprar essa casa? Será que eu devo ouvir meus companheiros, meus familiares de que de fato é um perigo conviver com essa fumaça? Será que é tóxica? Será que é perigosa?”. Ele não comprou a casa. Acabou comprando outra casa, na rua da Fiorella, na rua Pedrália, onde nós moramos durante muitos anos e eu, particularmente, morei até me casar, em 1987.

Vou fazer um corte até 2015. Então, de 1975 a 2015, são 40 anos. Eu volto ao bairro – dessa vez não mais casada, mas divorciada – morando em uma dessas ruas “Dom qualquer coisa”, que há várias do lado de lá da rua Santa Cruz, mas já me utilizando do metrô Santos-Imigrantes. E aí, eu volto a ter contato com a usina. Ela já está desativada como incinerador. Não é mais incinerador, mas ainda tinha cheiro, porque se lavavam os caminhões, não lá, mas aqui do lado. Aquele cheiro dos caminhões que eram lavados não deixava esquecer o sofrimento dos moradores sobre a questão do lixo, do incinerador e dos perigos que não deixaram de existir.

Eu, como professora, meu nome é Celina, eu sou professora. Não sei se me apresentei, mas, enfim. Eu trabalhava até por volta de 22h e chegava no metrô às 22h35

exatamente. O que acontecia? Eu tinha medo, receio. Do metrô até a minha casa são 900 metros. É uma distância pequena relativamente, mas, às 22h35, é assustador. Naquele paredão da usina, é tudo escuro, sem utilização nenhuma, sem nenhuma segurança. Isso precisa mudar.

Quero registrar que considero que eu e todos nós merecemos essa reparação. Eu exijo que seja reparado. Como moradora do bairro, quero poder utilizar esse espaço. Quero que as minhas filhas e meu neto utilizem esse espaço. Quero poder trazer a minha mãe.

É isso. Obrigada a todos. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Celina, por essa história que você contou. A gente tem que sempre ter memória, ter história e passar isso para a frente.

Queria anunciar a presença da Genilce Gomes, que é professora da Central dos Movimentos Populares e da Biblioteca Comunitária de Heliópolis.

Agora, chamo o Sr. Fernando Sbabo, que é morador.

O SR. FERNANDO SBABO – Bom dia. Tudo bem, pessoal?

Moro no bairro faz uns 15 anos, mais ou menos. A minha esposa trabalha neste colégio e como todo mundo falou, é muito inseguro de noite. Ela já foi assaltada duas vezes no caminho do metrô para nossa casa. Somos vizinhos da Débora. A gente mora a 600 metros do metrô. Realmente, é um lugar muito perigoso à noite.

Em cima do que o Casé falou e que eu achei muito interessante que é sobre a questão econômica também da usina. Ele tem um terreno muito grande aqui. Seria importante se a gente conseguisse colocar alguma coisa para ajudar a fazer o negócio funcionar para própria usina.

Como engenheiro elétrico, eu pensei em primeiro lugar nas energias renováveis que a gente pode colocar ali: painéis fotovoltaicos, a parte de agricultura que o pessoal falou que é importante também para região. A gente pode fazer hortas verticais. Hoje em dia, você não precisa mais plantar na terra basicamente para fazer a coisa funcionar. Acho que, dentro dessas melhorias dessa parte tecnológica, a gente pode pôr com a usina; seria algo que poderia agregar

alguma coisa para o próprio museu e para a própria estrutura dela para ela se manter, sem precisar usar a energia elétrica comum.

Ela tem um terreno grande. Há muita possibilidade de energia renovável para a usina, sem que ela precise trabalhar da forma comum, porque os outros órgãos municipais ou estaduais usam a própria energia elétrica da rede. Ela não precisaria disso pelo tamanho dela. Talvez seja uma coisa que pode ser buscada com empresa, patrocínio ou alguma coisa para fazer as instalações. É uma sugestão que tenho para usina.

A questão de segurança também é muito importante para quem mora perto.

Obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fernando.

Queria agradecer à professora Lúcia e à direção da escola Coronel Raul Humaitá por ter emprestado o espaço para a gente realizar esta audiência pública no dia de hoje.

Vou chamar a próxima pessoa inscrita: Taís Barbosa, moradora.

A SRA. TAÍS BARBOSA – Bom dia a todos e todas.

Meu nome é Taís, tenho 33 anos. Sou mãe de três crianças. A gente vive no Ipiranga. Eu vivo há muitos anos. Eles nasceram no Hospital do Ipiranga. Sou pedagoga de formação e servidora pública na Procuradoria Geral do Estado.

A minha fala hoje parte sobre essa visão que eu tenho, como mãe e também como educadora. A gente vive em uma cidade hostil. No dicionário, “hostil” significa manifestar inimizade, próprio de inimigo, que revela agressividade, ameaçador. Talvez essa seja a tradução mais adequada que uma criança poderia explicitar à cidade. As ruas são perigosas. Nós não saímos mais para brincar, não podemos mais deixar que as crianças explorem os espaços públicos, vamos nos trancafiando e perdendo algo tão essencial na nossa vida que é a convivência e o diálogo.

Para as crianças e talvez para todos nós, o brincar é a forma mais expressiva da convivência. É no brincar que aprendemos os nossos limites e o dos outros, que aprendemos a usar a criatividade e solucionar problemas. A Base Nacional Comum Curricular tem como

“brincar” um direito da criança; mas hoje, o que a gente assiste pelo Poder Público são poucos espaços que acolhem as crianças e ainda nesses espaços, eles reproduzem a hostilidade da cidade e não acolhem nem as crianças, nem os mais vulneráveis.

É nesse contexto que, em contrapartida com essa hostilidade comum no nosso dia a dia, eu encontrei o movimento da usina, um movimento plural, intergeracional e feito com as mães do território. O movimento que, através da união, garante a manutenção do banheiro que é essencial para o acolhimento de pessoas com crianças pequenas, pessoas com deficiência e idosos, que são diariamente invisibilizadas pelo Poder Público. Esse movimento também estruturou um lugar para ofertar alimentação para a comunidade.

Para além do nosso desejo de trazer um equipamento que vai manter a história viva para as futuras gerações, como o Museu do Meio Ambiente, precisamos resgatar esse espaço como um ponto de convívio entre nós e com esse acolhimento que melhora a cada dia.

A Prefeitura vem alegando que o lugar é contaminado e que, por isso, não podemos utilizar nem mesmo o pátio, mas até hoje não avançou com a avaliação preliminar solicitada pela Cetesb. Então, cabe à Prefeitura – que se ausentou e se recusou a ouvir a população – explicar porque não foi realizada essa avaliação; porque somente com essa avaliação, a Cetesb consegue terminar o relatório de contaminação e o quão essa contaminação atinge o território no entorno da usina. Temos trabalhadores e trabalhadoras, crianças inclusive, nessa escola, que funciona todos os dias, atendendo crianças do primeiro ao quinto ano.

Além disso, pensando nessa ocupação da cidade, em 2016, houve um decreto, que é o 57.086, e gostaria que os Vereadores levassem isso para frente, que instituiu o Programa de Ruas Abertas, aquele que existe na Av. Paulista. Mas dentro do decreto, cabe à Subprefeitura indicar quais ruas da região podem entrar no programa. E acredito que essa rua que temos em frente à usina é ideal para isso.

Então, para além de se tornar um museu e um ponto de convivência, que possamos também ter nos domingos e feriados essa rua aberta, em frente à usina. Essa é uma decisão que parte única e exclusivamente da Subprefeitura.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Thaís.

Quero anunciar o Edson, do Povo sem Medo, da Vila Mariana. Chamo o próximo, Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares e do Movimento Usina Eco-Cultural.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Bom dia.

Alegria enorme participar deste momento. Primeiro, porque dos 37 anos que eu moro nessa região, 16 anos foram ficar a 200 metros desse espaço que estamos lutando para que se transforme em um espaço de uso comum do povo. Minha neta, Luiza, que hoje tem 15 anos, nem nascida era.

Os contatos que eu tinha com esse debate da usina, lembro do Secretário do Meio Ambiente, Adriano Diogo, Gestão Marta Suplicy, que fez um primeiro processo de estancar a reivindicação que era uma luta histórica de muitos anos da região, desse espaço, por conta da situação que era causada em função do incinerador nesse nosso pedaço.

Então, é muito importante. Quero saudar a iniciativa da usina na pessoa da Débora, que conhecemos recentemente; parablenzo a Vereadora Silvia por essa iniciativa da audiência. Eu conheci a Silvia antes de ela ser Vereadora; das lutas, dos movimentos da sociedade civil. Então, é uma grande liderança do movimento social, que tem um compromisso histórico com as condições de vida da população.

Justificava essa reivindicação nossa de transformar esse espaço em um Museu do Meio Ambiente, em um espaço de multiuso dessa região por qualquer questão que fosse. Mas há um motivo que justifica o nosso movimento, a nossa reivindicação: é de que esse pedaço nosso, que somos moradores, habitamos, está sofrendo uma brutal verticalização por causa da legislação urbanística do Plano Diretor da cidade de São Paulo que, inclusive, vai piorar as condições de vida da cidade de São Paulo.

E quem mora nessa região, sabe os impactos da investida da especulação imobiliária neste nosso bairro. E aí, sim, justifica mais termos espaço, museu, espaço de cultura e vivência para a população, para fazer essa contraposição deste espaço que já está sofrendo e vai sofrer

muito mais. A Vereadora Silvia acompanhou, nós acompanhamos: fizemos uma luta na Câmara Municipal de São Paulo. Mas infelizmente – apesar, não obstante de termos evitado inúmeros retrocessos – mas ainda temos, infelizmente, um Plano Diretor aprovado e sancionado pelo Prefeito de São Paulo, que não considera um planejamento urbano democrático, que considere a questão ambiental como um ponto fundamental.

Então, por isso justifica muito o nosso movimento. E lamento muito, assim como o Bruno, de que infelizmente o Poder Público, seja através das secretarias, dos órgãos que foram convidados, e também o poder local, não prestigiarem uma audiência tão importante como essa.

Finalizo, para ficar no meu tempo: acabo de chegar, vim dos diálogos amazônicos, em Belém do Pará. Fui na condição de dirigente da Central de Movimentos Populares, sou advogado, trabalho com essas questões urbanas, ambientais. Fomos lá, havia várias representações de movimentos populares e sociais, Vereadora Silvia, do Brasil inteiro e de outros países. Elaboramos uma carta chamada Carta dos Povos, entregamos essa carta ao Governo Brasileiro e aos chefes dos países que lá estavam reunidos.

Vou ler e encerro com esse trecho que tem tudo a ver com nosso movimento. O item nove dessa Carta dos Povos diz o seguinte: “as cidades devem ser construídas em harmonia com a natureza e proporcionar vida digna aos seus habitantes. Por isso, precisam ser planejadas democraticamente garantindo para seus habitantes um ambiente saudável, seguro, com regulação pública do solo, moradia adequada, direito à água e saneamento básico, mobilidade, segurança alimentar, justiça climática e ambiental”.

É isso que estamos fazendo nesta audiência: reivindicando que o tema do meio ambiente, as questões climáticas, não se restrinja a nossa luta, por mais importante que seja, à preservação da natureza, a exploração de forma adequada do uso dos recursos naturais. Mas esse debate, embora tenha sido feito e vai ter a COP-30, em 2025, tem tudo a ver com a questão das cidades e as reivindicações do nosso movimento.

Vamos respirar, vamos lutar e espero que brevemente tenhamos uma gestão na cidade de São Paulo que se preocupe com o meio ambiente, com a arte, com a cultura e com a

preservação do povo. Vamos vencer.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Raimundo.

Muito bom ter você aqui. Já nos conhecemos há muitos anos, da luta pela moradia. E a luta pela moradia está aliada à luta pela preservação do meio ambiente. Moradia popular e ecologia tem tudo a ver.

Agora, quero chamar o Flávio Ferreira, morador.

O SR. FLÁVIO FERREIRA – Bom dia.

A questão que trago é de ordem mais prática. O que foi passado a mim enquanto morador, há muitos anos, é que o maior problema para a ocupação e utilização desse espaço é a contaminação que existe ali.

Então, gostaria de saber o que de efetivo foi feito para identificar o que seria possível fazer em relação a essa contaminação. E a contaminação não é só daquele espaço, temos contaminação ambiental. E de toda forma, o que pode ser feito, já há estudos provocando o Poder Público para que se mexa e efetive essa descontaminação do local.

Quero agradecer às pessoas que estão mantendo viva essa chama, a Federação, aos coletivos que estão correndo atrás para que esse espaço seja bem utilizado. Queremos que o nosso bairro, cada vez mais seja um ambiente de confraternização e de ambiência para todos. Não basta só passar até o metrô, queremos utilizar aquele espaço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Flávio. Já que você fez a pergunta sobre a questão da contaminação do solo, vou passar para a Débora já te responder sobre isso.

A SRA. DÉBORA MACHADO – A questão da contaminação é um assunto que sempre está presente nas nossas reuniões. E acho importante o Flávio trazer isso, porque é uma boa oportunidade de esclarecermos.

A contaminação existe. Não duvidamos que exista: o solo é, sim, contaminado. Há estudos da Cetesb que apontam a contaminação do solo. Essa informação é pública – há vários

canais de órgãos que têm esses documentos acessíveis. O que questionamos é a condição dessa contaminação, em que nível está e o quanto avança para além da usina, porque o Transbordo – que é o equipamento do lado – funciona até hoje fazendo a coleta de lixo. Para quem não sabe, o Transbordo Vergueiro coleta todo o lixo doméstico da zona Sul de São Paulo: são sete toneladas por dia. Em uma ocasião, ficamos bem escandalizados, no fim do ano, porque eles extrapolaram todos os limites de volume de lixo no Natal, que já era além de sete toneladas.

Então, isso é bem sério: é uma questão que trazemos, o debate sobre o lixo. E voltando à contaminação, existe sim, e quando começamos o movimento da usina, esse era um assunto bem presente. Fomos até a Cetesb para buscar essa informação de forma oficial. Na Cetesb, nos informaram que havia uma cobrança para a Prefeitura de que fosse feita uma análise do solo informando o grau de contaminação dentro do terreno da usina, que é o antigo Incinerador Vergueiro, porque em outras áreas já foram feitos alguns estudos, a área do Transbordo. Só que estamos falando tudo da mesma quadra, estamos falando do mesmo trecho e, nessa área, a Cetesb cobra da Prefeitura. A Prefeitura tinha o prazo de até novembro para apresentar esse estudo, isso foi mais ou menos em setembro, outubro, do ano passado.

Nós questionamos o Subprefeito Almeida sobre esse estudo. A Subprefeitura não fez o estudo e o que aconteceu, mais recentemente, é que o mandato da Deputada Estadual Marina Helou questionou a Cetesb sobre esse estudo; a Cetesb questionou a Prefeitura, que não tinha feito o estudo e multou a Prefeitura.

Eu tenho uma multa no valor de R\$ 22 mil, um valor muito baixo para a Prefeitura, mas é importante dizer que é responsabilidade da Prefeitura, sim, apresentar esse estudo do solo mais detalhadamente, além de um plano de intervenção na área, para que recupere esse trecho.

É importante dizer que a gente está em cima de solo contaminado. Aquele solo está super perto daqui. Então, essa é uma questão que abrange toda a região. Então, quando a gente fala do estudo, a gente entende que esse estudo tem que ser não só na usina, mas também no entorno. É claro que a questão da fumaça, da fuligem que caía no solo, gera um impacto; mas o

solo não respeita fronteira, ele avança para outras áreas.

O Walter é Engenheiro Civil e a gente estudou os documentos da Cetesb, que são muitos, para buscar essas respostas. A gente sabe que há estudos em andamento, mas não há uma conclusão que traz um plano de intervenção.

O que a gente tem discutido, inclusive com uma geóloga da USP, é que a gente precisa de um encaminhamento de como será feito esse estudo e a recuperação dessa área – e nós vamos tentar fazer essa aproximação com a USP – para que eles façam esses estudos. A gente entende que uma universidade pública pode contribuir positivamente com isso, mas a responsabilidade é da Prefeitura.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Débora. O Walter se inscreveu para falar? Seria importante.

Tem a palavra a Sra. Silvia Soares, do movimento Usina Eco-Cultural.

A SRA. SILVIA SOARES – Bom dia a todas, todes e todos.

Eu também estou representando a Usina Eco-Cultural, que é um coletivo formado por várias pessoas que constroem juntas esse sonho de transformar esse espaço. Mas eu estou um pouco decepcionada, porque eu vim hoje para fazer uma pergunta a uma pessoa que não está presente e não se dignou a sequer enviar um representante. Isso mostra um descaso muito grande com a população. Então, eu quero deixar registrada a minha decepção.

A pergunta que eu tenho para fazer seria para um Subprefeito, que não está presente para resolver. Porém, vou fazer assim mesmo a pergunta. A Débora falou agora há pouco de responsabilidade. Não sei se isso foi uma coincidência, porque eu pretendia falar exatamente disso. Talvez não existam coincidências.

Eu queria falar da responsabilidade da Prefeitura em relação a esse espaço, por todos os danos que foram causados pela incineração, danos ambientais, danos à saúde pública das pessoas que tiveram que conviver com a incineração de lixo do lado das suas casas por décadas, dentro do ambiente urbano, com escola próxima.

Eu queria falar de responsabilidade, também, pelo abandono desse espaço por 20 anos. Essa responsabilidade é da Prefeitura, que tem o papel de regenerar esse espaço, uma reparação que é necessária para a sociedade que sofreu todos esses anos.

Eu vim também para questionar a Subprefeitura a respeito da multa que o movimento recebeu, na pessoa da Débora, que foi multada em mais de R\$ 40 mil como pessoa física, sendo que nós somos um coletivo. Foi apresentada uma defesa e, até agora, a Prefeitura não se manifestou a respeito disso. A Prefeitura é o executor e o juiz, é a Prefeitura que vai avaliar a nossa defesa, mas ela está se omitindo de avaliar a nossa defesa e de estar presente, hoje, para ouvir a população.

Então, esse recado que o Casé trouxe para nós, do Subprefeito, de que vai acatar a decisão da maioria não faz o menor sentido, porque ele não está presente para nos ouvir. Que espécie de diálogo a gente pode ter com a Subprefeitura, se ela não está para nos ouvir nem enviou um representante? Não só o Subprefeito, mas todas as autoridades que foram convidadas para estarem presentes não apareceram. Existe realmente o interesse de ouvir a população ou é mais um discurso vazio?

Como a Débora falou da multa da Cetesb, eu queria fazer uma comparação do valor das duas multas, porque nós estávamos em uma roda de conversa, em maio, sobre educação ambiental, com a presença de alunos da Umapaz, a Universidade Aberta do Meio Ambiente de Cultura de Paz, que é da Prefeitura, e naquele momento do evento, recebemos uma multa, como se a gente estivesse fazendo um Lollapalooza na usina. E o valor daquela multa, para uma pessoa física, é um absurdo.

Por outro lado, a Prefeitura não está fazendo o seu papel de poder público, de fazer os estudos de contaminação, que é função dela e aplicou uma multa de R\$ 20 mil. É mais importante fazer educação ambiental do que não fazer o seu papel como poder público? Estou para questionar isso.

Não adianta dizer que vai fazer o que a maioria decidir, porque a maioria quer que esse espaço seja transformado. A maioria não quer mais incineração, não quer especulação

imobiliária. A maioria quer a Usina Eco-Cultural, quer um espaço de cultura, de educação ambiental, quer a preservação da memória da cidade. É isso que a maioria quer e eu espero que o Poder Público nos ouça.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Só lembrando que, apesar de os representantes do Executivo não estarem presentes, esta audiência pública está sendo gravada e ficará disponível no canal do YouTube da Câmara Municipal. Então, esta audiência pública é um registro oficial da manifestação pública dos moradores do Ipiranga.

Tem a palavra o Professor Casé Oliveira, agora representando exclusivamente a missão ambiental.

O SR. PROFESSOR CASÉ OLIVEIRA – Olá, humanos, todes, todas e todos.

A minha fala como missão ambiental é a seguinte: essa região é a parte baixa do subdistrito Cursino, que está aqui em cima. Então, toda água, postos de gasolina, produto químico, tudo o que acontece lá em cima, no esgoto, percola pelo solo ou pela camada superior que, em sua maioria, está concretada, aqui para baixo, nesta escola onde a gente está, em todas as residências que estão aqui, nas empresas.

Inclusive, para quem não sabe, eles já começaram a demolir ali em frente a Usina Cultural para construir edifícios residenciais. Isso já está acontecendo. Há o prédio da GCM e o local que foi escolhido para ser o Descomplica, onde milhares de pessoas utilizam ali todos os dias e passam, teoricamente, por um terreno contaminado.

Então, quem tiver a oportunidade, está convidado, inclusive a Vereadora, os representantes do Poder Público que estão aqui, todos, quem tiver vontade, para fazer uma caminhada e observar os pontos de monitoramento que existem no chão.

A gente viu alguns pontos inclusive, largados, quebrados, em frente à escola, em frente à GCM, em frente ao Descomplica. Se vocês olharem para o chão, tem uns pontos amarelos.

Diante disso, não sou eu, Prof. Casé, e nem a Missão Ambiental, a sociedade que está presente, que mora aí, que precisa de resposta sobre se existe esse monitoramento, é a comunidade de vida na terra. Para nós, na nossa visão, está lá abandonado. Então, se existe esse monitoramento, quem está fazendo? Cetesb? Prefeitura? Quem está fazendo?

Temos, inclusive, uma visita do Instituto Mauá programada para a semana que vem – a Débis, inclusive, está fazendo um belo trabalho com as instituições. E sempre deixando claro que a visita foi agendada com a Subprefeitura do Ipiranga – sempre está acontecendo isso, certo, Débis? Ninguém está indo lá de maneira aleatória. O Mauá, inclusive, por orientação, procurou o Subprefeito, que autorizou, semana que vem, uma visita, para eles começarem a fazer um trabalho.

Então, o que eu pergunto é: teoricamente, a usina, como está contaminada, tudo está contaminado? Certo, Débis? As casas, o solo. E, se está contaminada, teoricamente, ninguém poderia utilizar – nem o Descomplica, nem o GCM, nem o Transbordo.

Essa é a pergunta que precisamos fazer: quem está monitorando e se pode utilizar – eu acho que o movimento também pode utilizar.

Essa é a minha observação.

Muito obrigado e ótimo dia para vocês. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Casé.

Tem a palavra o Sr. Ailton José Aguiar, da UBS Vila Arapuã e do Cades.

Na fala dele, todos que quiserem se inscrever podem fazer a inscrição, porque vamos encerrar as inscrições na fala do Sr. Ailton.

O SR. AILTON JOSÉ AGUIAR – Boa tarde a todos.

Eu sou, como a Sílvia falou, da Vila Arapuã; sou Conselheiro gestor de saúde; sou também Conselheiro gestor do meio ambiente do Cades Ipiranga.

Eu começo a contar a história de quando lá atrás, em Minas, praticávamos agricultura de subsistência e derrubávamos as árvores para fazer roça. Eu venho para São Paulo, que me abraçou com muito carinho e, por isso, eu tenho um agradecimento enorme.

Eu sou formado em economia. E nós, economistas, temos um pensamento também de crescimento sustentável – no Cades, a maioria é de arquitetos. E nós, nesse trabalho, lá na Arapuá, temos a ideia de construir uma microfloresta.

É lindo. A Débis já esteve lá, a Susie e vários outros, como o Casé, que visitaram. É um espaço muito bonito.

Eu também participei do Verdejando no Parque Dom Pedro, que também tem uma microfloresta muito legal. E fazemos, no Cades, a plantação de árvores – rotatória verde, (ininteligível) de chuva. É todo um trabalho do coletivo.

De um tempo para cá, eu estou com a Débora e a Susie, que estão na frente, que arrastam, no bom sentido, todo esse movimento. E sou totalmente favorável à revitalização da usina; não tem como deixar como está. Isso é fato.

Eu aplaudo essa iniciativa dessas duas guerreiras que lutam incansavelmente para transformar aquilo lá. E vai acontecer, porque é um coletivo e elas puxam, têm a capacidade de nos trazer para esse movimento. E a coisa vai acontecer, não tem como ser diferente. É somente questão de tempo.

É basicamente isso que eu queria falar. Eu estou muito feliz.

Eu sou aquele mineirinho que chegou lá em 69, vindo lá do sertão de Minas Gerais, o sertão de Urucuia – que muitos que leem Guimarães Rosa sabem do que eu estou falando.

É isso. Um grande abraço para vocês e uma boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Murilo Saito, da Cooperativa Ambrosia dos Sabores Solidários.

O SR. MURILO SAITO – Bom dia, pessoal. Tudo bom?

É uma honra e uma felicidade muito grande estar junto de todas as senhoras e os senhores; estar aqui com as minhas companheiras de longa data, Susie e Débora; do companheiro Casé e tantos outros que há muito tempo vêm lutando por essas questões socioambientais na nossa região, e, em São Paulo, em geral.

Eu faço parte da Compô, que é um coletivo composto por diversas pessoas que

fazem parte das questões socioambientais.

Começamos atuando em Heliópolis, em parceria com a Cooperativa Ambrosia.

Faço a lembrança de uma guerreira história da luta de Heliópolis, a dona Jura.

Levante a mão, dona Jura.

- Manifestação do público.

O SR. MURILO SAITO – Maravilha.

Quase 40 anos lá, não é, dona Jura? De muita luta, de muita guerra. Aprendemos muito com ela sobre toda essa luta pela moradia, e, depois pela parte educacional, que é sobre o que eu gostaria de vir conversar com as senhoras e com os senhores hoje: educação ambiental dentro das escolas, em que atuamos.

Atuamos, hoje, em cinco escolas: quatro na nossa região do Ipiranga; dois CCAs da OSSE e um CCA da Unas e uma EMEF na região do Abrão Huck. E também começamos a atuar em outras regiões, como no Parque Fernanda, no Mazzei. E a nossa ideia é expandir para 50 outros locais.

E pensando nessa questão da educação ambiental, no trabalho que temos feito nas escolas, é fundamental que tenhamos aparelhos públicos na nossa região que complementem o trabalho feito dentro da escola; que já sabemos que o espaço para se falar de educação ambiental nas escolas já é muito escasso, com pouca infraestrutura.

Estamos nessa luta para ampliar esse espaço, tanto de tempo quanto de utilização das escolas, mas é fundamental que um espaço como a Usina Eco-Cultural aconteça para que possamos leva-los para fora e perceberem que isso se complementa; e, de repente, uma conversa, num planejamento semestral ou anual da Usina Eco-Cultural e dos educadores ambientais.

Pô, seria muito legal eu falar sobre compostagem numa peça de teatro, sobre exposições, sobre tantas coisas em que poderíamos trabalhar a questão lúdica para educar esses jovens da nossa comunidade.

Eu gostaria também somente de reiterar uma coisa que teve num encontro de um

ano sobre essa multa que foi dada: já que o Subprefeito está com toda essa boa-vontade que ele diz ter, e quero crer que seja isso, que essa multa seja retirada. A primeira coisa que temos que fazer é: “tire a multa”. Eu conheço muito bem a história desse coletivo. E, como o Casé trouxe, é muito anterior ao que está acontecendo agora.

A usina... o Compô é filho do Programa Carta da Terra da Umapaz. O grupo foi estudando, sonhando diversas coisas, e um coletivo se formou para pensar a usina. Então, eu sou testemunha para dizer que não é a Débora, a pessoa da Débora. Eu acho completamente injusta [a multa]. E acredito que o Subprefeito vai ter esse olho.

Para finalizar, ex-Prefeita Marta, que hoje representa as ODS na cidade de São Paulo: será que a senhora está por aí? Há uma bola quicando para a senhora fazer um golaço na finalização da sua gestão: transformar – imaginem – um espaço em que se queimava lixo em uma Usina Eco-Cultural. Está na sua mão, ex-prefeita.

Vamos em frente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Leonardo Medeiros, também do Movimento Usina Eco-Cultural.

O SR. LEONARDO MEDEIROS – Bom dia a todos, a todas e a todes.

Meu nome é Leonardo Medeiros Chaves, sou educador ambiental e trabalho numa ONG em Santo André; mas o meu segundo emprego, que é não remunerado, é a usina.

Eu queria começar dando parabéns a todos que estão aqui, porque já fazem muito mais do que aqueles que realmente deveriam estar aqui – o Subprefeito e o Prefeito. (Palmas)

Bem, eu me propus a vir para falar que a Usina Eco-Cultural não vai ser um espaço de educação ambiental; ela já é um espaço de educação ambiental.

Dentro de todas as nossas vivências, nós fazemos questão de estar sempre pautando o meio ambiente e o espaço onde vivemos. Com isso, já desenvolvemos horta, temos peça de teatro desenvolvido pela Sol, que já fala sobre isso – não sei se ela ainda está aqui. Oi, Sol. (Palmas)

A gente também tem a parceria que já trabalhou a usina como um espaço de

educação ambiental e da importância dele para São Paulo.

E queria fazer um convite a vocês para olharem para fora. Percebam o espaço em que a gente está; um espaço onde o verde não predomina; onde o cinza é gritante. A gente olha para fora e vê prédios, cimento, asfalto. Onde está a nossa grama, a árvore, as frutas que gostamos de colher e comer?

Dito isso, pensando em tudo o que a gente já fez na usina, eu queria propor olhar essa multa de 42 mil como algo diferente. Em vez de ver um preço, o qual a gente tem que pagar, quero que a gente veja como o preço com que eles vêm a gente.

Quanto é o nosso valor? Quarenta e dois mil. Vinte dois mil a mais do que a própria Prefeitura foi multada para fazer o dever dela – ou seja, a gente tem muito mais peso do que a Subprefeitura. O que a gente faz é muito mais importante do que, simplesmente, a gente estar vendo a contaminação do solo. (Palmas)

No mais, era isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Leo.

Chamo, agora, a Fernanda Hernandes, da Revolução Brasileira. O próximo é o Valter Lyra.

A SRA. FERNANDA HERNANDES – Bom dia a todos, todas e todes.

Como falaram, meu nome é Fernanda Hernandes, sou moradora do Alto do Ipiranga; moro desde os meus dez anos de idade, e é um paradoxo, porque, até oito anos de idade, eu morava o centro da cidade, na Consolação, Rua Caio Prado. O sonho da minha mãe e dos meus avós era de morar em um bairro que oferecesse qualidade de vida. O bairro do Ipiranga tinha o zoneamento ainda horizontal. Isso nós estamos perdendo. Eu, que moro na Rua 28 de setembro, todos os dias, há uma edificação nova.

Voltando um pouco e me apresentando, sou *sommelier*, estudante de pós-graduação em Gestão Ambiental, faço estágio na Cetesb. Estou acompanhando e parabenizando a luta da Usina Cultural e, também, o projeto do Museu, porque no bairro do Ipiranga que, antes, trazia essa proposta horizontal; hoje, com essa verticalização, não contempla, pois, além dos animais

humanos, temos, também, os não humanos. Quando se verticaliza, altera o movimento dos ventos; altera o voo da ave e fauna, causando diversos impactos. E não temos só seres humanos, temos a biodiversidade.

Estamos perdendo a ave e fauna por conta disso. Fora o que a usina representa que é um passivo ambiental, que vai ser um trabalho de descontaminação de solo, mas que, também, com a proposta que está sendo apresentada hoje, garante a qualidade e educação ambiental.

Por que não trazer, para a usina, uma educação ambiental em que se comece a enxergar os animais? Quantos cães e gatos o Ipiranga tem, hoje, abandonados por pessoas que não têm consciência, não castraram seus animais e que os abandonam, deixando-os a mercê de tudo o quanto é vulnerabilidade, invisibilizados por muitos que só querem animal de raça, como se todo ser humano tivesse uma raça para ostentar? É muito triste ver isso.

Porém, enxergo a Usina Eco-Cultural como um espaço que possa levar essa conscientização, o respeito para com os animais, tanto domésticos quanto silvestres. Então, trazer essa consciência para todos os moradores e para todos os munícipes de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. FERNANDA HERNANDES – Eu também quero comentar a importância, no passado, na Lei da Cidade, da Constituição Federal, Lei nº. 10.257, parágrafo único: “para todos os efeitos, essa Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social, que regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. O equilíbrio ambiental é respeitar a fauna e a flora.

Como eu me apresento como sendo do movimento da revolução, a revolução é mudar tudo aquilo que não tem finalidade social (Palmas), tudo aquilo que invisibiliza a sociedade, a classe trabalhadora, a classe que precisa de condições e de equipamentos públicos...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. FERNANDA HERNANDES – Os equipamentos públicos devem servir à

sociedade, os munícipes, os moradores do bairro.

Então, eu finalizo a minha fala, agradecendo o movimento, apoiando, me colocando à disposição desse movimento que é legítimo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fernanda.

Só lembrando para a gente tentar respeitar os três minutos; senão, não dará tempo de todo mundo falar. Três minutos são para a gente ter o máximo de democracia, e todo mundo poder fazer a sua fala.

Chamo o Valter Lyra, morador. Em seguida, Leonardo Silva Pires.

O SR. VALTER LYRA – Oi, pessoal, bom dia.

Sou Valter Lyra, morador do entorno, meu ramo de atuação é Engenharia Civil. Por essa questão específica da Cetesb, tive contato com a Lídia, Geóloga da USP. Vou explanar um pouco mais sobre a questão.

Bom, há estudos em andamento da Cetesb que está fazendo ensaios e sondagem do solo para entender qual é o grau de contaminação do solo, tanto da área da usina quanto da área do entorno.

Em todos os equipamentos públicos que são da área do entorno estão sendo feitas, também, essas sondagens; e a bola está na área da Prefeitura, para ela responder e dar andamento nessa avaliação da contaminação do solo e dizer que atividades são permitidas. Não é porque o solo está contaminado que não se pode fazer nada; você pode andar em cima do solo; pode praticar esportes, por exemplo; não se pode consumir algo do solo; não vai plantar alguma coisa para consumo humano ou retirar água potável, mas fazer atividades no pátio da usina, há algum problema nisso? Há algum questionamento sobre isso?

A documentação que foi apresentada, estudada, é de caráter público e está disponível.

A contaminação se dá, principalmente, pela indústria, numa quota mais alta e vai até o rio da Avenida Ricardo Jafet, e a usina e outros equipamentos que foram citados aqui estão nesse meio de quota, então, é natural que essa contaminação do solo vá descendo.

Também existe uma contaminação pelo ar. Essa contaminação vinha pela chaminé, pegava a região da Vila Gumercindo, Ipiranga, atravessava o rio e ia até a Chácara Klabin. Com a paralização da incineração, essa contaminação direta foi pausada. Ainda deve ter resquício que se assentou no solo, mas a gente não sabe como quantificar isso.

Então, o principal estudo é o da contaminação pelo solo que vai da quota mais alta da indústria que existia aqui atrás até o rio.

Pleiteamos, a utilização, em caráter similar, aos equipamentos do entorno. Se as pessoas andam na rua, entram e vão até o metrô, por que não utilizar, por exemplo, o pátio da usina que é uma região que estão numa quota mais alta do que o próprio metrô e rio da Ricardo Jafet? Por que não utilizar?

Esse é o pleito da população.

Quero dizer o seguinte: todo mundo estava participando dessa reutilização do espaço para haver uma nova egrégora, uma nova formação daquele espaço, ressignificando aquele local, onde, antes, era queimado lixo. Houve uma interrupção abrupta do Poder Público nisso. Não tem sentido. A gente estava ressignificando o local, tendo lições de meio ambiente, prática de esporte. Eu mesmo fiz *yoga*, joguei taco e bola naquele espaço, onde tem, também, oficina de teatro, numa ressignificação completa. E vêm e interrompem esse movimento da população? Sobre isso, realmente, a gente precisa de um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. VALTER LYRA – ... e ter o espaço utilizado com a mesma utilização dos equipamentos do entorno.

A gente pede, realmente, celeridade nesses estudos, para que a Cetesb consiga fazer um plano de intervenção para reutilizar esse espaço.

Era isso o que eu tinha para falar. Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Valter.

Chamo, então, Leonardo Silva Pires. Já se prepare a Ivete Festino.

O SR. LEONARDO SILVA PIRES – Boa tarde a todos.

Eu vim para fazer perguntas, na verdade, para o Poder Executivo. Infelizmente, o Subprefeito não veio e nem trouxe um representante. Mesmo assim, vou fazer as minhas perguntas para a Mesa, se alguém souber responder ou alguém do público, ficarei grato.

A primeira pergunta que eu tenho é: por que não se utiliza... (Pausa). Agora está melhor? Agora está pegando?

Então, a minha primeira pergunta é: por que a Subprefeitura e a Prefeitura não utilizam os mais de 35 milhões que estão em caixa? Isso é um dado público, está no balancete de junho no *site* da Secretaria da Fazenda Municipal. São mais de 35 milhões que estão simplesmente parados no caixa, sem fazer nada, sem investir absolutamente em nenhuma atividade pública – seja na usina, seja na UBS, seja na GCM ou em qualquer outra coisa.

Segunda pergunta: se está contaminado, por que não utiliza esse dinheiro para descontaminar? Quanto que custa a descontaminação? Eu não tenho certeza se é verdade, mas me disseram que tinha um interesse em se conceder esse terreno para construtora, para fazer mais prédio de moradia. A construtora é que vai ser responsável pela descontaminação, caso isso ocorra? Por que a própria Prefeitura ou Subprefeitura não faz a descontaminação? Não é responsabilidade deles, não tem a ver justamente com a saúde dos munícipes? Não seriam eles que teriam que fazer esse trabalho de descontaminação? Eu gostaria de saber quanto é que custa, se é mais ou menos o valor desses 35 milhões que estão parados.

Então, fazendo conexão com a parte da construtora. O que vale mais a pena: construir ainda mais prédios que vão ser provavelmente de apartamentos caros, não vai ser moradia popular, ou utilizar aquela área para, de fato, fazer alguma coisa para a comunidade da região? Fazer um museu, fazer um mercado de alimentos orgânicos, um espaço para atividades comunitárias de esporte, talvez um parque, alguma coisa assim para a própria comunidade atuar em conjunto, uma vivência para a comunidade. O que é que vale mais a pena, o que tem mais valor social para a comunidade, fazer mais um prédio caríssimo, ou fazer essa parte para a comunidade?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. LEONARDO SILVA PIRES – Então, esses são os meus apontamentos para o Subprefeito que, infelizmente, não veio e não mandou representante. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vou chamar a próxima: Ivete Festino, moradora. Já se prepare Sr. José Romero, que é... Depois eu falo o que ele é.

A SRA. IVETE FESTINO – Bom dia a todos.

Eu sou Ivete. Ganhei de todo mundo: moro na Vila Gumercindo há 66 anos.

A minha família veio para cá em 1926 e a casa onde eu moro é de 1926. Então, a gente pôde acompanhar toda mudança no bairro. Atualmente, depois que me aposentei, pude me dedicar um pouco mais ao bairro, às atividades voluntárias. Me engajei no Conselho Gestor da UBS Vila Gumercindo que, há 50 anos exatamente, paga aluguel de uma casa que, no momento, está bem deteriorada, e com apoio do Vereador Aurélio Nomura, nós conseguimos reformar uma área aqui na Ricardo Jafet e a UBS está prestes a ser inaugurada.

Eu vim para dizer que eu também sou – até me envergonho um pouco – do Conselho Participativo da Subprefeitura do Ipiranga. Fui eleita com um número de votos bastante importante. Quero convidar a todos, todas as segundas e terças-feiras do mês, às 19h30, esse Conselho se reúne no auditório da Subprefeitura do Ipiranga. Estou na segunda gestão e quero dizer que na primeira gestão, passamos pela pandemia e apesar da gente fazer reuniões *on-line*, tivemos excelentes frutos.

Eu me sinto, de uma certa forma, envolvida nessa multa, porque o Prefeito de São Paulo, quando nós nos elegemos como Conselheiros, determinou que fosse dado a cada Subprefeitura um valor de seis milhões para que os Conselheiros determinassem onde esse dinheiro iria ser empregado, que o Conselho se reunisse e determinasse. Nós tínhamos várias propostas e enquanto discutíamos, até mesmo já tinha tido uma votação em cima daquelas propostas, eu me lembrei da usina pelo contato que eu tinha com a Débora por outra questão do bairro. Lembrei e convidei a usina para se apresentar nessa reunião e tentar pleitear esses seis milhões, apesar de eu já ter tido. Foi uma discussão horrorosa com os Conselheiros, eles achavam que já tínhamos feito a eleição para usar os seis milhões. Mas, enfim, eu tentei, pensei:

quem sabe, é um projeto tão importante, a gente já pegava esses seis milhões e já dava um pontapé inicial.

Infelizmente, dei um tiro no pé: essa reunião teve um efeito horroroso, que me parece foi essa multa – parece, não sei. Está muito difícil esse Conselho e, por isso, convido a todos os munícipes a participarem, porque ali é que a gente pode levar nossas demandas, ali a gente pode discutir os nossos projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. IVETE FESTINO – A gente sabe que tem um projeto para 58 empreendimentos imobiliários, desde a estação Imigrantes até a estação Alto do Ipiranga.

Então, gostaria de colocar aqui; não o meu mandato, enquanto Conselheira da Subprefeitura; mas a Ivete moradora a favor dessa usina.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Ivete.

Chamo, então, o próximo, Sr. José Romeno, que é morador, também é do Cades e da Missão Ambiental.

Eu vou pedir para todo mundo permanecer até o final, se possível, porque ao final, vamos fazer encaminhamentos importantes. Faltam sete pessoas.

O SR. JOSÉ ROMENO – Boa tarde.

Meu nome é José, sou morador do bairro há mais de 50 anos. Quando eu era criança, eu via a minha mãe correndo para tirar roupa do varal, porque a fuligem que vinha com a fumaça sujava as roupas. Eu, empinando pipa, no telhado, via minha mãe correndo, olhando para a chaminé. Para mim, a imagem que eu tenho é dessa chaminé soltando uma fumaça amarela e, às vezes, esbranquiçada.

Atualmente, depois dos 50 anos, eu participo de vários grupos de meio ambiente do bairro, Missão Ambiental e de muitos outros; faço parte do Cades; cuido de algumas pracinhas do entorno de onde eu moro.

O que eu percebo é que a Usina Eco-Cultural tem uma importância por trazer, para

o meu bairro, questões de cultura e arte, que eu não conheço no entorno. Pode ser que tenha alguns, mas não existe espaço para que um jovem possa ficar um sábado à tarde, ir ao domingo de manhã; nós não temos isso, mas o espaço Eco-Cultural poderia muito bem cobrir essa lacuna.

Então, o que a gente pede é um espaço de educação ambiental, que hoje se faz mais do que necessário. Eu sou professor do ensino médio e posso afirmar: a nossa juventude precisa ter espaços de cultura, de arte e de educação ambiental. Esse movimento ressignifica a memória do lugar, a história do lugar, um espaço que para todos os moradores deste bairro é fundamental.

Poderíamos, então, perguntar para o Prefeito: por que faz tanto recapeamento de ruas, gastando tanto dinheiro – e deverá gastar dinheiro em infraestrutura para os 58 empreendimentos imobiliários na região – mas não gasta, melhor dizendo: não é que não gasta, ele atrapalha o movimento legítimo dos moradores em busca de educação ambiental, de cultura e de arte.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigado, José.

Chamo agora Elisa Rocha, moradora e do Cades Vila Mariana. Já se prepare, Marta Medeiros.

A SRA. ELISA ROCHA – Olá, bom dia.

Sou Elisa Rocha, estou aqui representando o Cades Vila Mariana, mas, acima de tudo, sou moradora da região há mais de 40 anos. Minha família está aqui no bairro desde 1943. Falo com propriedade por ter vivenciado todo esse movimento, e tudo que foi dito aqui, eu reitero e estou de acordo.

Também, recentemente, estou colaborando com o Cades do Ipiranga como suplente, também faço parte da Comissão de Proteção da Paisagem Urbana da Cidade, estou como mestranda em gestão urbana e esses temas todos estão no meu dia a dia.

Eu vim reiterar a importância das parcerias, do diálogo, de a gente cocriar o que a gente deseja, que é o que esse movimento está fazendo e que precisa continuar, porque só com esse diálogo é que nós vamos adiante contemplando essa visão comum.

Esse movimento tem feito com que as pessoas do bairro se aproximem, tenham um ponto de encontro, um ponto de diálogo e eu vou reiterar que isso é muito importante, que enxergo assim que, para que isso continue, pedir atenção. Acho que isso é um caso, realmente, para que o Ministério Público possa definir as responsabilidades, porque a gente está falando de um passivo de uma indústria que promoveu uma contaminação, que não está mais aqui, mas que tem outro responsável por esse terreno. Essa contaminação que vem de cima para baixo tem um responsável.

Há outras contaminações; há outras questões relacionadas a um parque linear que está sendo delineado aqui para o Córrego do Ipiranga; há questões com o Patrimônio Histórico; há questões com a Secretaria do Verde; há questões com Cetesb; há questões com uma série de órgãos. Então, eu vejo que é necessária uma determinação de Ministério Público sobre responsabilidades, sobre cronograma, sobre recursos, sobre como trabalhar conjuntamente, um grupo intersecretarial que possa apoiar isso com a sociedade civil.

Então, só junto, todo mundo assumindo a sua parte da responsabilidade, nós vamos conseguir ter uma solução que atenda a uma justiça social, uma justiça ambiental...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. ELISA ROCHA – E essa reparação, enfim.

Obrigada, é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Elisa.

Agora, chamo a Marta Medeiros, da Usina Eco-Cultural e também Quintal do Mundo Dança dos Povos.

A SRA. MARTA MEDEIROS – Bom dia, boa tarde; daqui a pouco, boa noite.

Como diz o meu centenário pai, que daqui a pouco faz 100 anos: “sendo bom é o que importa”.

Eu acho que eu quero destacar a cultura do cuidado. Quando a gente fala de planeta Terra, a terra que nos nutre, que nos sustenta – tem humanos, fauna, flora, rios que são as suas veias. Então, a gente precisa lembrar que o Riacho do Ipiranga, como diz o meu pai, é o riacho

que também está lá no *Hino Nacional*; colocaram lá.

Meu pai também teve negócio no Ipiranga. Nasci no Ipiranga, mas ali na região da Saúde. Eu acho que uma palavrinha-chave para a gente pensar e colocar em prática é a conexão – e reforço – a cultura do cuidar, então cuidar dos seres humanos. Já foi falado de crianças, jovens e eu foco também nos idosos, na memória viva.

Então, quando a gente fala do Ipiranga, nós temos, sim, as casas da década de 1926, mas há as pessoas, os nossos ancestrais e também os nossos ancestrais indígenas que estiveram em São Paulo. Já saiu uma ossada, pesquisa, de dez mil anos. Então, o que a gente precisa, na hora de cuidar do Ipiranga, é usar a usina como ponto de transmutação, voltar a cuidar bem da terra, do rio, dos espaços e tirar o cimento para descobrir os rios, plantar árvores e principalmente plantar sentimentos.

Eu tenho orgulho de fazer parte da usina, conectando através da dança, a dança que lembra a cultura, a história dos povos e poder reencontrar amigos. Trabalhei muito tempo com economia solidária e, hoje, foi uma alegria conhecer, reconhecer e encontrar a Jura da Ambrosia, que fez parte dos nossos empreendimentos incubados, encontrar um colega de trabalho, o Odacir, que também está aqui na Usina Eco-Cultural, quando cuidamos dos catadores.

Então, eu vou, pela terceira vez, dizer: vamos cuidar, ter a cultura do cuidado de todas as pessoas, do verde, das águas, para que a gente possa reconstruir a nossa querida Mãe Terra. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Marta.

Chamo agora a Sol Whitaker, que é do Teatro Físico; e já se prepara o Caio Westin.

A SRA. SOL WHITAKER – Oi, gente, boa tarde.

Todo mundo já deve estar cansado de ouvir, mais a minha fala. Todas as falas foram superimportantes, todas representante alguma coisa que é importante para a usina – ou seja, a fauna, a flora, o meio ambiente, a arte, a cultura. Então, a minha fala vai ser rápida, mas vai ser no sentido de reforçar a importância, que é o que nós estamos falando, da preservação desse espaço como um espaço de cultura, de arte e espaço de convivência coletiva.

Então, é reforçar a importância do Teatro Físico, do qual eu sou responsável na usina, e que ele tem, por natureza, função política e também inclusiva. A existência do Teatro é um espaço de fala, de presença do corpo que fala e que traz, para toda a comunidade, a possibilidade de inclusão e de representação de uma linguagem que, por natureza, é política. O teatro é político e, portanto, através dele, de uma linguagem corporal ou verbal, seja comédia, tragédia, sejam problemas psicológicos, sejam problemas coletivos, uma forma de colocar para a população todas as problemáticas que nós vivemos no cotidiano. Então, o teatro tem a importância de ser uma forma de comunicação e de conexão entre público e atores através da arte, da poesia e de muita delicadeza.

Para terminar, como se fala muito de contaminação, eu penso que o teatro, a arte e a cultura devem “contaminar” a população através de ações que envolvam toda a comunidade. Eu não sou do Ipiranga, mas o movimento é extensivo a toda a sociedade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Chamo agora o Caio, que é morador, e já se prepare a Cátia Santana.

O SR. CAIO WESTIN – Boa tarde.

Eu sou morador e, um pouco antes de vir, perguntei para minha esposa, Cristina: “O que eu vou falar lá?”. Afinal, estou desde 9h30h, 10h, e surgiram tantas e tantas e tantas e tantas e tantas questões e grandezas que eu falei: “Gente, não sei o que falar”. Então, simplesmente, eu vou só retomar uma questão de um ano atrás.

Moro no bairro desde 2004, então já peguei o final do incinerador, mais o Transbordo e nesse um ano em que a usina está fazendo suas atividades, a minha passagem do metrô para a minha casa, que é na Martim da Silva, mudou totalmente. Às terças-feiras, eu pude sentar com o Emílio e ouvir o *slam* até 10h, 10h30 da noite. Pude descer em um sábado, domingo e ver um grupo fazendo *yoga*.

Trombei com o Leonardo, que eu não guardava o nome dele, mas sabia que era a figura que vinha, com o amigo, fazer um negócio de isopor, fazer horta. Que papo é esse? E ele e o amigo dele montando um palco com outro senhor, fazendo a partir de material reciclado, um

palco para apresentação.

Pude descer em junho e participar de uma festa junina ao lado da minha casa. No dia seguinte, a gente teve contato com os colegas e falou assim: “Ó, o som está alto, dá para abaixar?”. Abaixaram. A minha vizinhança do prédio teve que se calar, não deu para reclamar mais. Eles conseguiram fazer uma atividade na rua, onde tinha pastel.

Pude conhecer a Rita mais proximamente, que é minha vizinha de bloco de prédio, mas eu não conhecia nem o nome dela; sabia que a gente era vizinho porque nas reuniões do condomínio, a gente se trombava. Pude conhecer, não de nome, mas fisicamente, uma colega e seu marido que é do movimento social. Pude me aproximar um pouco mais do Emílio, que já trombava com ele por amigos próximos. Pude conhecer de perto algumas outras pessoas que estão aqui, do movimento social, e percebi assim: isso é participação política, isso é uma ação política.

Eu não sei quem está ausente; eu quero reconhecer quem está presente, quem está me apresentando o que é o Cades. (Palmas). Até então talvez a minha participação política nesse prédio, que é o Colégio Raul Humaitá, é onde eu voto. Aí, de quatro em quatro anos, vou lá e voto; depois, de dois em dois, eu voto. Voto em quê, em quem, para quê? Então, para além dos ausentes, que eu acho interessante que eles têm de ser cobrados, tem de ser anotado, tem de ser encaminhado, mas é a participação política.

Lembro que uma das primeiras conversas que tive com a Débora, não só pela Débora, mas por demais pessoas que às vezes não guardo muito o nome, ela usou a palavra “ocupação”. Tem um sentido político ou de invasão? Tem um sentido dúbio no momento que nós estamos vivendo de acirramento. É, sim, ocupação. É, sim, uma invasão do nosso espaço.

Como que eu percebo e saio daqui com mais questões, quase como uma bomba relógio. Eu briguei com a Cristina agora ali, assim: atrás do meu prédio tem a Arno...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. CAIO WESTIN – Eles estão descontaminando ali há 10 anos. Embaixo, há o Transbordo, só cobriram; ao lado, tem a usina, ou seja, estou sobre uma bomba relógio. Ou seja,

eu participo ou saio do prédio. Para onde eu vou?

Eu acho que é mais importante a gente se perguntar o que nós estamos fazendo e como encaminhar, como desdobrar, como somar esforços? Não necessariamente ficarmos na perspectiva do que é que está ausente, mas somos nós mesmos. E a usina como espaço de encontro, de troca.

Eu acho que quero parabenizar o grupo que está à frente da usina, o grupo que abriu este espaço para a gente poder se reunir e a nós mesmos, que estamos em um “sabadão”, conversando, trocando ideias para um bem comum. Um bem nosso. É a nossa ida, é a nossa existência.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Caio.

Chamo agora a Kátia Santana e, por último, a Karina Saccomanno.

Lembrando, gente: vamos permanecer até ao final, porque vamos fazer encaminhamentos importantes. Faremos a foto final também, mas os encaminhamentos são muito importantes.

A SRA. KÁTIA SANTANA – Bom dia, pessoal.

Sou a Kátia, professora de *yoga* que está neste movimento antes da pandemia, quando a Débora, na missão ambiental, me falou dessa ocupação que, na verdade, não é uma ocupação, mas uma retomada do nosso território, daquilo que é nosso. (Palmas)

Eu, não sou só professora de *yoga*, o Valter sabe: eu sou engenheira ambiental. Trabalhei na área durante mais de 20 anos. Vivi muitas situações, não como esta, porque esta é ímpar. Nesses 20 anos de atuação, tive muitas experiências com áreas contaminadas, ar contaminado, qualidade do ar. Enfim, várias e várias experiências. Esta é ímpar na minha vida e acho que na vida de todos nós.

Como engenheira ambiental e professora de *yoga*, quero deixar claro para todos vocês que a união – como diz a palavra *yoga* – da população para conseguir aquilo que é nosso.

Além de estar neste movimento, daqui nasceu um outro movimento, que é o Preserve

Ipiranga. Trata-se de um movimento que se inicia agora, na luta de manter, inicialmente, com o caso de 64 árvores que querem desmatar para construir um condomínio ao lado de uma área tombada, patrimônio nosso. (Palmas). Isso é inaceitável.

Somos filhos da usina, esse movimento que se inicia. A luta é nossa. Não vamos deixar que verticalizem nosso bairro. Chega de construção, chega de prédios. A gente quer respirar, quero ver o horizonte através do Ipiranga.

Convido vocês a se fortalecerem no Movimento da Usina, retomar aquilo que é nosso e participar do nosso abaixo assinado. Espero que em breve tenhamos um ato público em frente a esta área histórica, pela qual nós vamos lutar para não deixar desmatar e, talvez, sufocar uma mina d'água.

Conto com vocês. Vamos continuar neste Movimento.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Kátia.

O Movimento é muito importante. Conte com a gente. Chamo a última inscrita, Karina Saccomanno, que representa a Casa das Caldeiras. (Palmas)

A SRA. KARINA SACCOMANNO – Bom dia, já boa tarde.

Eu venho representando a Casa das Caldeiras, a pedido da Comissão da Usina Eco-Cultural, porque entendo que é importante a gente não pessoalizar esta luta de vocês.

Estou na gestão da Casa das Caldeiras há 25 anos, que se sustenta como espaço de eventos, mas é um espaço autônomo de arte e cultura; não conta com nenhum apoio, mas que vem existindo na cidade de São Paulo, com uma lógica de ser um local de memória e de convivência.

Aí, eu quero parar para a gente pensar que o Movimento da Usina Eco-Cultural já é um lugar de memória e de convivência, porque o que vocês já conquistaram aqui é impressionante. Era para eu ter me inscrito antes, no fim, me atralhei, fiquei por último e gostei, porque das histórias que ouvi, anotei algumas palavras que me afetaram.

O importante deste encontro do movimento é regenerar os encontros para os bons

afetos. A cidade está perdendo isso. Não acredito que a gente consiga criar bons afetos no *shopping center*, por exemplo, que pipoca a cada esquina. Inclusive, a Casa das Caldeiras é um espaço que está entre dois *shoppings centers*. É importante termos lugares de resistência, de respiro na cidade de São Paulo, para que consigamos nos encontrar e resgatar as nossas memórias.

As memórias não são a construção, o patrimônio, mas memórias estão nas pessoas que ocupam o edifício. No caso do incinerador, eu acho que agora, de fato, vai virar um patrimônio, porque vai ser um lugar de encontro de memórias.

As palavras que eu ouvi é de ressignificar, de colocar valor devido às pessoas. Eu entendo, porque estou há 25 anos na Casa das Caldeiras, sou arquiteta e urbanista. No início, eu entendia que ali era patrimônio cultural, as antigas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, mas depois que passei 25 anos lá, entendo que o lugar concentra tudo o que as pessoas criam. Aqui, eu vi muita cocriação também. Um momento para celebrar encontros, para estar presente e que seja um movimento que cocrie o cotidiano do bairro e da cidade.

Acho que é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Karina. Concluímos a lista das pessoas que se inscreveram, houve muita participação.

Vou passar a palavra aos convidados que estão na Mesa para fazerem as suas considerações finais. Peço que sejam breves para termos o final, o encerramento, principalmente, os encaminhamentos.

Primeiro, passo a palavra para Susie.

A SRA. SUSIE LUNA – Bom, gente. Acho que hoje foi um dia bastante importante. Agradeço a participação de todos. A usina virou um ponto de história, já reconhecido até pelo Museu do Ipiranga.

Peço que assinem o nosso abaixo assinado, nos acompanhem nas redes sociais, porque precisamos que o nosso movimento seja fortalecido, para que nós sejamos reconhecidos pelo Poder Público e consigamos transformar este espaço tão importante do nosso bairro.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Passo a palavra para o Décio, representando o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. DÉCIO ODA – Eu quero agradecer muito a presença e a participação de todos que foi extremamente importante; quero dizer também que falar em educação ambiental hoje é um tema importante, discutido no mundo inteiro. Nós temos uma área enorme sendo desmatada, todos estão em cima da gente querendo transformar o nosso país no pulmão do mundo.

Esta é a grande importância da Usina Eco-Cultural, porque traz a memória de tudo que foi feito errado. Vamos em frente.

Muito obrigado por tudo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Passo a palavra para o Professor Casé Oliveira.

O SR. CASÉ OLIVEIRA – Eu gostaria de finalizar agradecendo às pessoas presentes, a quem contribuiu para que esta audiência se realizasse e reforçar que os passos que estão sendo dados, que continuem realizados na cultura de paz. Olhem, que maravilha o que aconteceu hoje: a cultura de paz está presente. Isso é muito bacana.

Embora ainda haja ruídos na comunicação, como a gente vê que tem, isso é verdade, mas o Poder Público está presente, gente. Presente na figura da GCM – muito obrigado, gloriosa GCM; dos representantes da Câmara Municipal; desta escola; o Poder Público está presente. Assim como outros representantes que estão aí.

Peço, gentilmente, está sendo gravado: Câmara Municipal, Poder Público, por favor, gente. Um participante disse que tinha milhões no caixa – na verdade, são bilhões. A Vereadora confirmou que são bilhões que a Prefeitura tem no caixa.

Então, eu peço à Prefeitura, a todo mundo, que use esse dinheiro. Que tal usar para esta causa e devolver para a população? Resgatar, descontaminar. É isso que a população precisa. Vamos usar esse dinheiro por uma causa nobre.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Passo, agora, para a Débora.

A SRA. DÉBORA MACHADO – Quero agradecer muito receber toda a população, porque é um marco para nós. É muito importante abrir para a população falar.

Quero dizer que foi muito injusta a multa que foi dada a mim, no coletivo, no valor de 42 mil reais. Nós cobramos isso da Prefeitura e a Prefeitura não apresentou uma defesa. Então, reforço que fui multada porque estava em um prédio abandonado, promovendo educação ambiental, reivindicando que esse espaço seja revitalizado. É dessa forma que o Poder Público trata as pessoas que querem recuperar áreas, revitalizar e promover educação ambiental. Isso é injusto e nós continuamos a nossa mobilização para que seja aceita a defesa sobre essa multa e isso seja retirado.

Acho importante reforçar a questão da revitalização. Existe um forte movimento da especulação imobiliária. Então, precisamos, realmente, proteger a área, porque, se aquele prédio continuar abandonado como está, ele vai ficar cada vez mais deteriorado e isso vai ser a justificativa deles para demolir e construir prédio ali. Precisamos, realmente, preservar a memória. É muito importante essa preservação da memória das figuras que viveram no território, das pessoas que cresceram aqui, que estão há décadas e que sabem de toda essa dor, assim como eu vivi, tendo sido estudante dessa escola e tendo visto a fumaça.

Eu reforço que eu não quero isso para as nossas crianças. Acho importante pensarmos nas crianças do futuro. Muitos sabem que eu tenho uma filha de quatro anos, autista, que vai à usina, e eu não quero que a minha filha cresça em um espaço abandonado. Eu quero que ela cresça em um centro de cultura. Então, é muito importante toda essa força da comunidade.

Aproveito para agradecer, também, a todos os coletivos que se mobilizaram para estar aqui. A Missão Ambiental é, sim, uma parceira nossa. O Casé representa a Missão, que é uma organização de luta pela educação ambiental, de que nos orgulhamos tanto. O Muda Ipiranga está ali, representado na figura do Lucas, bem como todos os Conselheiros do Cades

que se somam nessa força tão importante. Quero agradecer aos artistas. Há a Sol, o Tocha, as pessoas que estão aqui, que são trabalhadores da cultura, que valorizam e levam isso para dentro da usina. Isso é tão importante. Há os ativistas pelo meio ambiente, os educadores ambientais. Eu não estou vendo o Léo, mas eu o cito, pois defende as pessoas e lhes ensina a compostagem e a trabalhar com as hortas.

Há os espaços que conseguimos criar na usina, como espaços de vivência. É para isso que estamos criando, porque entendemos que a população precisa desses momentos, para que sejamos uma sociedade da tolerância e do convívio. Precisamos desses espaços para viver em harmonia.

Agradeço muito aos coletivos que estão aqui e quero, em especial, agradecer à Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que conseguiu para nós esta audiência pública. Então, está a Vereadora. Também há outras pessoas da Bancada Feminista, como o João, o Gil, o Aguiar, a Juliana. Eu não os estou vendo, mas vi que passaram por aqui, o Gil e algumas pessoas que estão representando a Bancada Feminista.

Aí, temos um presente para a Vereadora. Vou mostrar. É a nossa camiseta, da usina.

Também agradeço ao Décio, que veio representando o Vereador Aurélio Nomura. Acho que não falou do parque. Vou falar, rapidinho. Existe um projeto para fazer um parque linear na Ricardo Jafet. Esse projeto é proposto pelo Vereador Aurélio Nomura e nós o apoiamos muito. Inclusive, gostaríamos que a usina fosse integrada ao parque. Então, a nossa proposta é de que seja um corredor verde integrado a um futuro Museu do Meio Ambiente. Entendemos que isso se torna um plano de bairro, também integrado à UBS nova, a Jandira Massur, que a Ivete citou. Então, desejamos muito que esse projeto do parque aconteça, integrado à usina, e que seja uma área revitalizada para toda a comunidade. Muito obrigada, Décio.

Muito obrigada a todos e às crianças que vieram. O Luquinhas estava atrás de mim e mostrou este desenho. Ele fez um livrinho. Então, é isso o que acontece com as crianças da usina.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Gente, eu falei que nós iríamos fazer encaminhamentos importantes.

Uma audiência pública, principalmente, uma audiência pública que acontece no território, tem uma importância muito grande, porque as pessoas saíram das suas casas. Podiam estar fazendo outras coisas, mas vieram para participar politicamente. Isso é participação política.

Ouvimos muitas histórias bonitas. Muitas pessoas participaram e lamentamos a ausência do Executivo, mas, já que o Executivo não veio e já que o Subprefeito encaminhou um recado por meio do Casé, de que ele iria respeitar a vontade da maioria, eu vou submeter esta audiência pública a votações, para deixarmos registrada, com os nossos votos, a vontade da comunidade. Isso vai ficar registrado. A TV Câmara São Paulo vai filmar. Então, nós vamos votar as questões que foram levantadas aqui.

A primeira questão que eu gostaria de submeter à votação é se a comunidade concorda ou não em transformar esse espaço, que era o antigo incinerador, em um futuro Museu do Meio Ambiente. Então, eu vou fazer a primeira votação.

Eu gostaria de pedir àquelas pessoas que concordam que o espaço do antigo incinerador se transforme em um museu do meio ambiente para que levantem as mãos. (Pausa) Alguém está contra? É para levantar a mão, também. Há algum voto contrário? (Pausa). Há abstenções? (Pausa). Então, está aprovado o Museu do Meio Ambiente.

Porém, há outras votações importantes. Segunda votação: até que o Museu do Meio Ambiente não se realize, eu quero saber, quem concorda que o movimento Usina Eco-Cultural volte a funcionar, ali, no pátio da usina. Entenderam? Então, quem concorda levanta a mão. (Pausa) Subprefeito, olhe, aí: a maioria da população quer que o movimento Usina Eco-Cultural volte a funcionar no pátio. Há algum voto contrário? (Pausa). Nenhum voto contrário. Há abstenções? (Pausa). Nenhuma abstenção. É unanimidade.

Agora, a terceira votação: como vocês viram, o movimento recebeu uma multa de 42 mil reais, por estar fazendo as atividades lá dentro do pátio. Eu gostaria de saber da população

quem está a favor de que essa multa seja retirada. (Pausa). Muito bem. Então, o pessoal está a favor de que essa multa seja retirada. Quem é a favor de que a multa permaneça? (Pausa) Ninguém. Então, temos registrado: essa também é a opinião desta audiência pública.

A última votação é a seguinte: houve a proposta – que eu achei muito interessante – de que esta rua fique sendo uma rua de lazer do programa Ruas Abertas. Quem fez essa proposta foi a Sra. Thais. Vou submeter à votação, para mandarmos para o Subprefeito. Então, as pessoas que concordam que esta rua faça parte do programa Ruas Abertas levantem as mãos. (Pausa). Muito bem. De onde a onde, Sra. Thais? (Pausa). É desde o espaço em frente à usina até o Descomplica. OK?

Há alguém contrário? (Pausa). Também não. Então, está aprovado, também.

Gente, por que foi que eu fiz esse exercício, de votarmos? Porque é assim que deve ser. É assim que deve ser a democracia. A democracia não é como o Sr. Caio falou. Foi o senhor que veio falar que não é só ir votar de dois em dois anos. A democracia é exercermos o nosso papel político de tomar as decisões, mas, para tomar as decisões, o Poder Público tem de consultar os moradores. Tem de saber a vontade dos moradores e é isso o que estamos fazendo, aqui. Então, isto está gravado. Nós vamos levar isso tudo para o Poder Executivo, que não está presente à Mesa, mas que vai ter de ver este vídeo, porque a vontade da população está registrada.

É isso. Agradeço muito a participação de todas, todos e todes.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Fiquemos todos reunidos para uma foto final da audiência.